

Arinos e Cabral farão o texto final

por Francisca Stella Fagó de Brasília

Com a eleição do senador Affonso Arinos de Mello Franco (PFL-RJ) para presidente e do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) para relator da importante Comissão de Sistematização, a Constituinte encerrou ontem a última etapa para começar efetivamente a escrever a nova Carta.

A Comissão de Sistematização reunirá os relatórios de todas as outras comissões e fará o texto final do projeto que será votado pelo plenário.

Foi com o propósito de acelerar ao máximo os trabalhos daqui para a frente que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reuniu-se ontem com os presidentes e relatores das comissões e subcomissões da Constituinte. Ulysses concentra esforços para eliminar grande número de dúvidas dos constituintes sobre prazos, procedimentos e competências das comissões.

Ontem, por exemplo, a Subcomissão do Poder Executivo discutiu longamente proposta apresentada pelo deputado César Cals Neto (PDS-CE) para que já neste mês o plenário da Constituinte delibere so-

bre o prazo do mandato do presidente José Sarney e sobre a manutenção ou não do presidencialismo.

Expressivo número de constituintes, no entanto, entende que antes de promulgar a nova Carta a Constituinte não deve ou não pode tomar decisões isoladas.

Acirrada, a disputa na bancada do PMDB pelo cargo de relator da Comissão de Sistematização pôs fim à última grande preocupação pela distribuição dos postos-chave da Constituinte. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) saiu da disputa no primeiro turno de votação. Ele obteve 81 votos. Cabral e Pimenta da Veiga empataram em 86 votos.

No segundo turno, boa parte dos votos originalmente dados a Fernando Henrique foi canalizada para Bernardo Cabral, que venceu por 111 votos, contra 90 conseguidos por Pimenta da Veiga.

Ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, cassado em 1968, parlamentarista, Bernardo Cabral compartilha de opiniões do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, sobre questões importantes.

(Continua na página 6)

Mangels Sistemas de Informação.
Consultoria, Sistemas e Serviços de Informática
Fone (011) 452 4811

Mangels

Empresa 100% Brasileira

CONSTITUINTE *Auc* Arinos e Cabral farão o texto...

por Francisca Stella Fagó de Brasília

(Continuação da 1ª página)
"A Constituinte pode tudo, mas nem tudo deve", declarou ontem ao emitir sua posição sobre a possibilidade de a Constituinte anteceder uma decisão sobre o mandato do presidente José Sarney ou sobre o presidencialismo. A mesma frase fora dita por Covas repetidas vezes.

Pimenta da Veiga, dos três o candidato mais identificado com Ulysses Guimarães, teve sua candidatura lançada para o cargo de primeiro vice-presidente da Comissão de Sistematização pelo senador Mário Covas, tão logo foi conhecido o resultado da eleição para relator. Dos 47 deputados da bancada do PMDB na comissão, 40 assinaram um documento de apoio à candidatura de Pimenta para o cargo.

No plenário, porém, o deputado Aluizio Campos, da Paraíba, conquistou a primeira vice-presidência. Obteve 48 votos, ante apenas 35 concedidos a Pimenta. Covas, que pessoalmente lançara a candidatura, sem a presença de Pimenta, assumiu como sua a derrota.

O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara, foi eleito para o cargo de segundo vice-

presidente com 70 votos. O senador Affonso Arinos obteve 74 votos.

Affonso Arinos tem em mente a experiência da Espanha quando prevê a duração dos trabalhos da Constituinte. Inicialmente, previa-se que a Constituição espanhola seria concluída em menos de oito meses. Mas foram necessários dezesseis meses para que a nova Carta chegasse a ser promulgada.

O presidente da Comissão de Sistematização acredita que a "Constituinte brasileira levará mais tempo para ser promulgada do que se imagina".

O anteprojeto de constituição, elaborado no ano passado pela comissão Arinos, deverá, conforme o senador, servir como referência importante para o novo texto da Constituição. O conjunto das regras vigentes no Brasil, segundo ele, deverá ser inteiramente revisto pela Constituinte. Arinos rejeita a proposta cogitada por Ulysses Guimarães de aproveitar boa parte das normas constitucionais vigentes e concentrar as atenções nos temas que merecerão mudanças.

Ulysses considera que diversas disposições são universais. Adotá-las sem maior discussão seria mais produtivo e apressaria os trabalhos.

Cronogramas, trabalhos e prioridades

por Cecília Pires de Brasília

No segundo dia de trabalhos, as subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte, reunidas ontem pela manhã, começaram a discutir seus cronogramas, formas de trabalho e pautas prioritárias.

Muita desinformação reinou ainda ontem, entre os constituintes, especialmente acerca dos prazos para apresentação dos relatórios. As próprias lideranças do PMDB na Constituinte estavam em dúvida quanto à questão.

Enquanto o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, garantia que o regimento, do qual foi relator, prevê trinta dias de prazo para que as subcomissões apresentem seus relatórios, contados a partir da promulgação do regimento, o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, ainda tinha dúvidas se este prazo não contaria a partir da instalação das comissões, segundo relato da editora Francisca Stella Fagó.

Muitas subcomissões esperavam ainda conseguir prazos mais longos do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que marcou reunião para o início da noite de ontem com os presidentes e relatores das comissões e subcomissões. O deputado Ulysses Guimarães, no entanto, mostrava-se inflexível, até o dia anterior, em prorrogar prazos.

Havia muitas controvérsias, ontem, também, com relação aos temas e respectivas comissões. A Subcomissão do Poder Executivo passou a defender, por iniciativa do deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) a inclusão do capítulo sobre as Forças Armadas, enquanto, pelo regimento, este tema está inserido na Comissão de Organização Eleitoral e Garantia das Instituições. O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, defendeu que o papel das Forças Armadas é tema da Comissão de Organização Eleitoral, mas as relações da instituição com o Poder Executivo é tema de sua subcomissão.

Algumas subcomissões, ainda, discutiram ontem um número maior de reuniões das comissões temáticas, para que os temas correlatos pudessem ser definidos de forma unificada. Isso ocorreu na Comissão de Ordem Econômica, que se reuniu ontem. O relator da Subcomissão de Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), argumentava com a Mesa, que a questão da propriedade estava diretamente ligada à questão da política fundiária. E, portanto, as discussões deveriam ser conjuntas.

Outras subcomissões, como a do Poder Executivo, defendem a incorporação à Subcomissão do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, para que a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo trabalhe unificadamente o tempo todo.

A Comissão de Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias tem uma proposta inédita, que é transferir todos os seus membros aos estados, para as audiências públicas com entidades. Em primeiro lugar, a subcomissão viajará para São Paulo e, em seguida, para o Rio de Janeiro.

Em debate, prazo do mandato presidencial

por Cecília Pires de Brasília

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo reúne-se no próximo dia 23 para discutir os dois temas mais polêmicos da Constituinte: o prazo do mandato do presidente Sarney e o sistema de governo. Depois das discussões dos membros das três subcomissões, a do Poder Executivo, a do Legislativo e a do Judiciário, que compõem a comissão, o relator, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) dará seu parecer. Em seguida, a matéria, se aprovada, deverá ir a plenário.

Se o plenário decidir que o regime deve ser, por exemplo, o parlamentarista, a votação deste quórum não tem poder ainda para alterar a atual Constituição. Da mesma forma, se o mandato do presidente for

definido em seis, cinco ou quatro anos, essa decisão não é definitiva, pois somente a votação final de todas as matérias da Constituinte é que vai ser transcrita, pela Comissão de Sistematização, no texto da nova Carta.

A maioria dos parlamentares que fazem parte das três subcomissões envolvidas no tema, no entanto, concorda em que, se não é definitiva, essa discussão preliminar pode tecer os rumos do pensamento da Constituinte com relação a esses dois temas. O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da subcomissão do Poder Executivo, acha essa definição preliminar muito importante, e o autor do projeto, deputado César Cals, acha que a orientação técnica é essencial para a eficácia dos trabalhos e do ponto de vista político.